

**Visualidade, fronteira e territorialização na construção da moderna.  
nação brasileira: a experiência da Guerra de Canudos (1893-1897)**

Marcelo Carlos Gantos<sup>1</sup> - UENF

**Introdução**

A fabricação e uso de um conjunto de representações iconográficas (coleção), organiza a experiência social e é constitutiva de certas práticas institucionais. Algumas se manifestam na apropriação de conceitos por parte de sujeitos ou grupos sociais para nomear aspectos do mundo e imagens que condensam num mesmo termo diferentes visões do mundo social. A recorrência ou naturalização no uso de certas *imagens-metáforas* podem-se entender como a tentativa de “institucionalização” de um discurso e de um olhar particular sobre os fenômenos que denota.

O trabalho a seguir, explora algumas possibilidades de usos e re-significações fundadas na leitura de fontes iconográficas produzidas pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros<sup>2</sup> sobre o episódio conhecido como a “Guerra de Canudos”<sup>3</sup>, referidas a termos como *sertão, guerra, paz*, elaboradas desde âmbito(s) oficial(es) e vinculadas as práticas de apropriação territorial e dominação étno-cultural impostas pelo Estado Brasileiro no final do século XIX. Nessa direção, indagaremos o contexto de significação e os elementos constitutivos do processo de escritura visual elaborados entorno ao referido conflito. Para tanto, focalizaremos a relação entre os dispositivos técnicos (a fotografia) e discursivos concebidos e articulados nas metáforas referidas durante a conjuntura de formação do Estado-Nação. Simultaneamente, tentaremos contribuir à discussão acerca do valor heurístico da fotografia como fonte histórica.

**Canudos em perspectiva**

A trágica experiência conhecida historicamente como a *Guerra de Canudos* teve sua origem numa remota comunidade interiorana do sertão da Bahia, construída entorno de uma velha e decadente fazenda de gado à beira do rio Vaza-Barris. O prolongado conflito armado vivido na comunidade de Belo Monte, que alcançou repercussão local e em regiões circunvizinhas, foi o resultado da efetiva repressão militar exercida pelo Estado sobre um movimento sócio-político de resistência popular liderado pelo beato Antônio Vicente Mendes Maciel, popularmente chamado Antonio Conselheiro<sup>4</sup>. Seus objetivos estavam centrados no combate aos abusos do poder autocrático do Estado, da Igreja e dos latifundiários e na tentativa utópica de superação dessa ordem social numa república sertaneja. A proposta deste movimento, dotada de um forte fervor religioso de origem católico e traços messiânicos, era a favor de um projeto alternativo de sociedade baseado na autonomia popular frente às instituições da sociedade sertaneja da época. A segunda metade do século passado caracterizou-se por uma grave crise social no sertão nordestino. Paralelamente a esta situação o Vaticano estimulou a um reviver da fé católica, com o apoio institucional da Igreja brasileira. Nesse contexto, vários leigos foram levados a aproximar-se mais da religião militante e, dentro dos rudimentos de sua capacidade de compreensão, assim como os daquela gente simples a quem se dirigiam, a mensagem evangélica passou a ser retransmitida no sertão; desse cenário conjuntural emergiu com vigor a figura de Antonio Conselheiro e seus fieis seguidores.

Sob a liderança carismática do Santo Conselheiro, a partir da ocupação dos restos de uma fazenda abandonada, em menos de uma década Bela Monte, como era denominada pelos seus habitantes a comunidade, desenvolveu uma experiência societária impar. O vilarejo tornou-se rapidamente a terceira maior cidade do Estado da Bahia, uma “*urbs monstruosa, de barro*” que aglutinava indivíduos e famílias provenientes de todos os quadrantes do interior nordestino que chegavam atraídos pela república sertaneja que prosperava sob as bênçãos de seu líder inspirado, o *Santo Conselheiro*.

As origens deste conflito evidenciavam as limitações e contradições vigentes na sociedade brasileira durante o último quarto do século XIX. Um país, ainda aprisionado ao padrão de uma economia agrária de modelo colonial, era impulsionado a mudar e se adaptar às dinâmicas impostas pela “modernização” capitalista, tanto no contexto local como internacional. A partir de aproximadamente 1850 grandes acontecimentos transformaram as estruturas da economia mundial. A incipiente industrialização com o desenvolvimento de novas fontes energéticas, como a eletricidade e os derivados de petróleo inaugurava uma nova era no ocidente. A grande transformação tecnológica e social se desdobraria em inovações que revolucionaram as comunicações, as logísticas de percepção, os meios de transporte, as técnicas de produção e as formas de trabalho e consumo, definitivamente pautadas pela ideologia do “mercado”. O conjunto de pressões resultante deste ciclo expansivo capitalista, numa única seqüência de fatos, foi o responsável no Brasil pela abolição da escravidão, o declínio do Império e a Proclamação da República. Esse reajustamento do Estado Nacional à nova ordem internacional afetou também a estrutura agrária brasileira, provocando entre outras situações, um intenso êxodo rural. Um dos efeitos desta desestabilização geral foi o surpreendente surgimento da república sertaneja de Belo Monte.

Fazendeiros e autoridades da região alarmados frente à iminência da perda de sua mão-de-obra devido ao êxodo em massa para o novo arraial se mobilizaram para reclamar ao poder público a intervenção para resolver a situação. Um relatório da polícia alertava o governo federal de que *"um indivíduo pregando doutrinas subversivas fazia grande mal ao Estado, distraindo o povo e arrastando-o após si, procurando convencer de que era o Espírito Santo"*. Inicialmente foi destacada uma força policial para suprimir os rebeldes, que foi destroçada antes de chegar. Os habitantes do arraial de Canudos, ex-prostitutas, vaqueiros, *jagunços*<sup>5</sup>, ladrões e pobres em geral afirmaram integralmente sua humanidade como membros daquela comunidade mística e popular pela qual ofereceram suas vidas no ritual da guerra.

O fracasso desta tentativa inicial provocou a intervenção do governo nacional mediante o envio de dois destacamentos do Exército, os quais também foram desbaratados. Decidiu-se então mandar uma expedição militar completa, com artilharia e armamento moderno, que foi uma vez mais debelada. Ao mando do “*mais serio inimigo das forças Republicanas... espécie bizarra de grande homem pelo avesso*”<sup>6</sup>, de junho de 1893 a outubro de 1897, a comunidade do Belo Monte (Canudos), que havia experimentado um crescimento demográfico inusitado da ordem de 335 % na mais árida região da caatinga baiana, resistiu, durante 10 meses, a um desproporcional esforço de guerra, imposto por quase metade (49,8 %) dos efetivos do Exército brasileiro. Organizou-se assim uma quarta expedição, composta de duas divisões do Exército e da maior concentração de armas já vista no país. Apoiado por diversos batalhões das forças públicas vindas de todos os Estados da Republica e sob o comando de cinco oficiais generais, a elite da oficialidade da força terrestre nacional (e ao final do conflito, até do próprio ministro da guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt) se conseguiu exterminar o movimento. Só desse modo e com imensas perdas a cidadela rebelde foi vencida e transformada numa “*Tróia de taipas dos jagunços*”<sup>7</sup> quando se decidiu verter barris de querosene sobre as casas de taipa, queimando vivos os insurrectos. Os homens presos foram degolados ou estripados à faca, as mulheres e as crianças vendidas pelas tropas. Daquela proto-cidade pujante e livre do sertão restaram apenas cinzas, fumaça, cadáveres.

Como assevera Sevcenko<sup>8</sup>, a Guerra de Canudos envolveu num conflito curioso personagens que se viam como completos estranhos, embora cada qual fosse parte integrante da mesma “nação”. O começo do conflito foi como um inesperado acesso de esquizofrenia que expôs fragmentados nas diferentes identidades conflitantes, os vários elementos históricos que compõem o corpo da sociedade brasileira. Com a crise vieram a emergir o diagnóstico e a proposta de uma terapia radical para redimir os males que retardavam o amadurecimento do país os que foram narrados no relato épico de Euclides da Cunha, *Os Sertões*<sup>9</sup> e retratados pelas inquietantes fotografias

de Flavio de Barros, único registro visual sobrevivente da trágica “gesta” Republicana<sup>10</sup>.

### **Visualidade, fronteira e territorialização**

***“Pode-se convencer as pessoas de qualquer coisa intensificando os detalhes”***

R. Bradbury

O fim do século XIX na América Latina foi, também, intensamente problematizado pela questão de definir uma noção de “pátria” e, simultaneamente, configurar a “nação”. Isto é dar-lhe soberania aos nascentes Estados Nacionais, com o qual este tema passou a ser articulado intimamente com a reflexão e intervenção efetiva sobre a questão territorial. Assim, tanto as noções de *território*, *fronteira deserto* e *nação* quanto suas modernas formas técnicas de representação, entre as quais destacamos o advento da fotografia, se constituíram em aspectos indissociáveis. Dali que urgência por conhecer o espaço geográfico, autografá-lo, delimita-lo, relatá-lo, assim como o ato de fotografar e descrever visualmente a constituição de um território, passaram a ser os métodos adotados para estabilizar fronteiras, atribuir-lhe valores e, sobretudo, controlá-las<sup>11</sup>. Nesse clima de idéias se opera uma poderosa instrumentalização pública da imagem fotográfica mediada através da figura atualizada de um novo ator social destinado a cumprir um papel revolucionário: o Fotografo Profissional<sup>12</sup>, quem assume a função *prometeica* de “tornar visível” o território, isto é dotar-lo de visualidade. Será o fotografo quem, através do uso do moderno dispositivo fotográfico<sup>13</sup>, demarcará a geografia, identificará seus habitantes, em resumo produzirá simbolicamente a imagem pública do território que terá a função de operar como evidencia da existência do “corpo orgânico” do Estado Nação. Desta forma, a questão do território se articula à dos limites e do controle das fronteiras no exercício da ação política do Estado e nas praticas escriturarias das elites letradas. Elas tentarão construir a partir de diversos dispositivos discursivos uma Nação, uma “comunidade imaginada” feita a sua imagem, desenhada entre as fronteiras externas e as internas, as fronteiras políticas e as culturais.

Nesse contexto, assumem particular importância os repertórios fotográficos produzidos durante as diversas campanhas oficiais, posteriormente re-elaborados sobre a forma de “coleções” e que serão instrumentos estratégicos para legitimar a apropriação científico-discursiva dos territórios em risco. No episódio da Guerra de Canudos a fotografia reafirmará sua nova condição (vocação). Durante a Quarta e última expedi o militar contra o Arraial, apenas três pessoas tiveram a chance de documentar fotograficamente o conflito: Juan Gutierrez, Euclides da Cunha e Flávio de Barros. Será este último o responsável pela memória visual deste paradigmático episódio da história do sertão. Embora ele não tenha sido o único em haver registrado a “epopéia” das tropas republicanas, foi sua obra, dispersa em vários acervos do país, o único testemunho material que sobreviveu ao passo do tempo.

Nesse conturbado final de século, marcado por violentas mudanças comportamentais, culturais e políticas, o corpus textual da República será completado com os relatos de iminentes letrados e militares, quem começaram a trabalhar discursivamente as continuidades territoriais, ali nos chamados *desertos*, espaços vazios onde não há comunica es e onde o desconhecimento e falta de controle efetivo do terreno supõe o perigo da perda da propriedade para os governos. Já avançado o processo definitivo de constitui o do Estado Nacional, essa continuidade se manifestar  mediante o reclamo uníssonos pelo acesso ao “Progresso” (ou civiliza o), que se ver  materializado em grandes projetos de infraestrutura de vias férreas, navega o dos rios, constru o de caminhos que possibilitarão, sobretudo, a expansão da fronteira econ mica e sua efetiva coloniza o mediante a incorpora o de terras ao mercado e o fomento de políticas imigratórias, processo que será definido apenas na década de 1930. Junto com estas transforma es estruturais, acontecerá uma “severa economia de táticas”<sup>14</sup> impulsionada pela força doutrinária do positivismo<sup>15</sup> dominante onde a escritura visual da fotografia assumir  uma fun o estratégica no desenvolvimento de uma nova opera o territorializadora, entendida esta como uma poderosa atividade simbólica de apropria o e resignifica o do espaço. A fotografia estabelecer  as

“continuidades” ausentes a partir da potencia da sua visualidade enquanto suporte para a “imaginação territorial”, ocupando com imagens um território cuja pertinência está em permanente disputa e, portanto, tem que se legitimar através do saber científico-técnico, isto é, mediante um discurso de poder que será sustentado na potencia material da escrita fotográfica.

No caso da “Guerra de Canudos”, a visualidade produzida através da escrita fotográfica de Barros, que entendemos como uma verdadeira operação territorializadora, manifestará na sua natureza técnica sua essência política constituindo se num poderoso dispositivo disparador de metarrelatos (ideologia) de legitimação. Na leitura aqui esboçada, enfatizamos o “moderno” processos de apropriação do espaço, que se manifesta ordenando suas projeções desde categorias unificadas predefinidas politicamente. Destacamos alguns dos binômios possíveis de aplicar com categorias analíticas para um estudo aprofundado do caso: guerra justa/paz; amigo/inimigo; deserto/natureza produtiva(litoral); natureza/cultura; barbárie-civilização.

As imagens registradas pela câmera experta de Flávio de Barros, tornaram-se rapidamente um exercício de simulacro da guerra onde realismo e objetividade foram instrumentalizados artificialmente numa representação oficial da Guerra.

As fotografias de Canudos em seu momento foram amplamente divulgadas pela imprensa nacional, além de expostas ao público e inseridas como memória visual oficial na primeira edição de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902. Assim, esta serie fotográfica inaugurava um momento decisivo da historia da representação publica da imagem no Brasil. Esta singularidade estará caracterizada pela implantação de uma nova logística da percepção que passará a ser sinônimo da Era Republicana e da modernidade nos tropicos. Uma nova lógica da representação publica construída sobre um discurso imagético autoritário. O consideramos “autoritário” porque ele foi produzido sob os ditames da censura oficial, impondo a invenção de versão unilateral do conflito. O discurso da fotografia de Flavio de Barros

procurou isentar ou minimizar a responsabilidade do Estado brasileiro frente à dimensão *genocida* do episódio (que consumiu aproximadamente 25.000 vidas) tentando reificar frente à opinião pública uma imagem positiva dos militares repressores, apresentados como verdadeiros guardiões dos valores Republicanos e do Governo do Brasil.

Do ponto de vista técnico e ideológico, com a experiência da Canudos, assistimos ao recuo da imagem única e ao advento de uma nova forma de representação que abrirá caminho para a consolidação de uma *imagerie* pública: um trabalho de profissionais que vai pretender dar a fotografia o status de objetividade científica pretendida pelo positivismo militar que operou como uma matriz de “militarismo civilizador” que se fez hegemônico durante a República Velha. Neste movimento a fotografia, enquanto dispositivo de poder, passará ser, ante tudo, um *documento* objetivo, um testemunho irrecusável para a interpretação de signos e o desenvolvimento de códigos visuais. Nessa conjuntura de transformação a fotografia, paulatinamente, abandonará sua antiga “aura” - isto é sua condição de subjetiva, elitizada e artesanal- passando a ser concebida e instrumentalizada como um produto, uma construção “solidária” (social) agora objetiva, autoritária, pública e industrial. É aqui quando começamos a perceber objetivamente o valor heurístico da fotografia como fonte para o estudo das formas instituídas de poder e dominação na modernidade. O projeto moderno levou-se a cabo de maneira efetiva mediante o privilégio dado a “visão” sendo a cultura moderna, responsável pela construção das chamadas *convenções oculares culturais*, pela sua vez, se encarregou de elevar o visual ao duplo status de ser tanto o médio principal de comunicação como a única fonte de acesso ao tesouro simbólico acumulado no tempo pela civilização ocidental. Desta forma se reconhece adequadamente a visão como artifício, portanto dotada de caráter político e ideológico. Como sugeriu Marx, a natureza já não se oferece a si mesma livre do compromisso “sensorial” do labor humano: os desertos, as planícies e montanhas, algumas das formas mais elementares nas que a encontramos, estão todas mediadas pela cultura. Podemos apenas ver seções instantâneas tomadas



pelo ciclope da lente. A visão, que uma vez fora substancial, se tornará no decorrer do século XX, acidental.

---

<sup>1</sup> Doutor em História, Professor Associado ao Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico pertencente ao Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, RJ (mgantos@uenf.br)

<sup>2</sup> Flávio de Barros documentou com sua câmera fotográfica as instancias finais da “Guerra de Canudos”. Arribado ao sertão baiano em setembro de 1897, acompanhou a Divisão de Artilharia Canet. De suas fotografias originais são conhecidas três coleções que pertencem ao Museu da República, no Rio de Janeiro (72 fotos), ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (68 fotos) e a Casa de Cultura Euclides da Cunha de São José do Rio Pardo (24 fotos). Recentemente, foi publicada uma interessante coleção das imagens produzidas por Barros re-formatadas digitalmente pelo Departamento Técnico do Instituto Moreira Salles FRANCESCHI, Antonio Fernando de (2002) “*Cadernos de fotografia Brasileira: Canudos*”, Rio de Janeiro, Instituto Moreira Salles

<sup>3</sup> A Guerra de Canudos é um assunto que até hoje desperta grande interesse historiográfico. Existe uma profusa bibliografia sobre o tema, destacamos: CALAZANS, José.(1959) **No tempo de Antônio Conselheiro**. Salvador, Livraria Progresso Edt.; CANÁRIO, Eldon Dantas.(1967) **Canudos**. Salvador, Cimape Editora; CASA DE RUI BARBOSA (1986) **Canudos, subsídios para a sua reavaliação histórica**. Rio de Janeiro; COSTA, Gutemberg (1994) Profetas do Nordeste. Editora Clima. Natal/RN; CUNHA, José Guilherme da (1991) **Canudos: A luta**. Salvador, Editora Pé de Bode; FACÓ, Rui. (1983) **Cangaceiros e fanáticos; gêneses e lutas**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira; GALVÃO, Walnice Nogueira (1974) No calor da hora (A guerra de Canudos nos jornais) 4ª. expedição. São Paulo, Edit. Ática; GAUDENZI, T.(1993) **Memorial de Canudos**. Fundação Cultural do Estado da Bahia, Bahiatursa; LEVINE, Robert M.(1995) **O Sertão prometido, o massacre de Canudos**. São Paulo. EDUSP; OLAVO, Antônio (1989) **Memórias Fotográficas de Canudos**. Salvador, Edição Independente; VILLA, Marco Antônio (1995) **Canudos o povo da terra**. São Paulo, Editora Ática; FONTES, Oleone Coelho (1996) **O treme-terra: Moreira César, a República e Canudos**, Petrópolis, Vozes; MONIZ, Edmundo(1982). **Canudos : a guerra social**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Sobre a diversidade e a quantidade desta produção artística e acadêmica sobre canudos vide o site produzido por Antônio Olavo: <http://www.portfolium.com.br>

<sup>4</sup> Antônio Vicente Mendes Maciel, “O Santo Conselheiro” ou o “peregrino”, como gostava de ser chamado, também devoto de Santo Antônio, se apresentava como um simples líder religioso laico, com singulares qualidades de liderança, ligado a uma teologia católica, apostólica e romana formalmente tradicionalista e conservadora. Era percebido pela população sertaneja como Sant’Antônio Aparecido, o “Conselheiro”, “um gnóstico bronco”, “um heresiarca do século II em plena idade moderna”, “um monstro”, segundo ajuíza Euclides da Cunha em Os Sertões. Era reconhecido como um homem do povo que, falando na sua língua, dizia o que os populares queriam e precisavam ouvir. Em suas peregrinações e pregações, pela região o beato fazia adeptos e arregimentava seguidores, reformando igrejas e construindo cemitérios. Os sertanejos, carentes das necessidades básicas para o sustento da vida, acuados pelo Estado, pelos Coronéis de terra e também desamparados pela Igreja encontraram em Antônio Conselheiro um líder capaz de estimulá-los a reagirem e conduzirem sua transformação, na esperança de superar suas necessidades.

<sup>5</sup> Forma depreciativa utilizada no Nordeste para apontar capangas e criminosos, ou populares tidos como tais. In: MAESTRI, Mario “*Elogio à dominação: Robert M. Levine e a república sertaneja de Belo Monte*”, Praxis, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, julh.-agosto-set., 1997, n.º 9, ano IV. pp. 37-68.

<sup>6</sup> Segundo era definido o líder pela visão de Euclides da Cunha no “Diário de uma Expedição”, serie de artigos publicados no O Estado de São Paulo em agosto de 1897. In: GALVAO NOGUEIRA, Walnice (org.) (1984) Euclides da Cunha, São Paulo, Atica, p.86.

<sup>7</sup> Op. cit., p. 110.

<sup>8</sup> SEVCENKO, Nicolau (2004) “A Guerra de Canudos” s/e

<sup>9</sup> CUNHA, Euclides da (1982) Os Sertões: Campanha de Canudos, São Paulo, Abril Cultural (1ª Edição de 1892).

<sup>10</sup> Para este estudo foram utilizadas imagens retiradas da obra de FRANCESCHI, Antonio Fernando de (2002) “*Cadernos de fotografia Brasileira: Canudos*”, Rio de Janeiro, Instituto Moreira Salles. A publicação reúne uma coletânea de fotografias tendo como tema Canudos realizada a partir recuperação digital de cópias originais feitas por Flávio de Barros durante a rendição dos revoltosos

<sup>11</sup> Foi durante o período do Império quando a fotografia brasileira iniciou-se na documentação de conflitos. As imagens produzidas por Carlos Cesar na Guerra do Paraguai inauguraram o ciclo de uma visualidade “oficial”. Foi a partir dali que a figura do fotógrafo começou a participar das expedições científicas ao interior do país. Entre as várias investidas expedicionárias podemos destacar a Comissão Científica de Exploração (1859/1861).

<sup>12</sup> O polêmico invento foi introduzido e incentivado no Brasil por D. Pedro II, ele próprio um aficionado da fotografia. Não só estimulou o estabelecimento de ateliers fotográficos no país, como implantou o título de Photographo da Casa Imperial para os que mais se destacavam no novo ofício.

<sup>13</sup> Em 1888 foi lançado o equipamento fotográfico portátil pela Eastman Kodak Co., impulsionado pelo invento dos negativos em rolo. Este fato determinou uma verdadeira revolução na arte da fotografia.

<sup>14</sup> A expressão é retomada de VIÑAS, David (2003) *Índios, ejército y fronteras*, Bs.As., Santiago Arcos Ed.

<sup>15</sup> O positivismo é entendido, seguindo a Viñas, como um estilo mental que mantém a coesão de um grupo social a partir do horizonte de idéias que operam como uma consciência declarada de domínio a qual age como *“um conjunto de sintonias rituais, de economias de movimentos, de sentidos tácticos, de estilos de apropriação da vida coletiva”* baseado na teoria da natureza como modelo de senhorio científico para legislar sobre o social. In: VIÑAS, D. Op. Cit. P.6